



portalbenews.com.br

ESG Governo estrutura programa de sustentabilidade para portos brasileiros ▶ **p3**

CÂMARA Votação do marco regulatório dos portos está prevista para outubro ▶ **p4**

Cadu Gomes/VPR

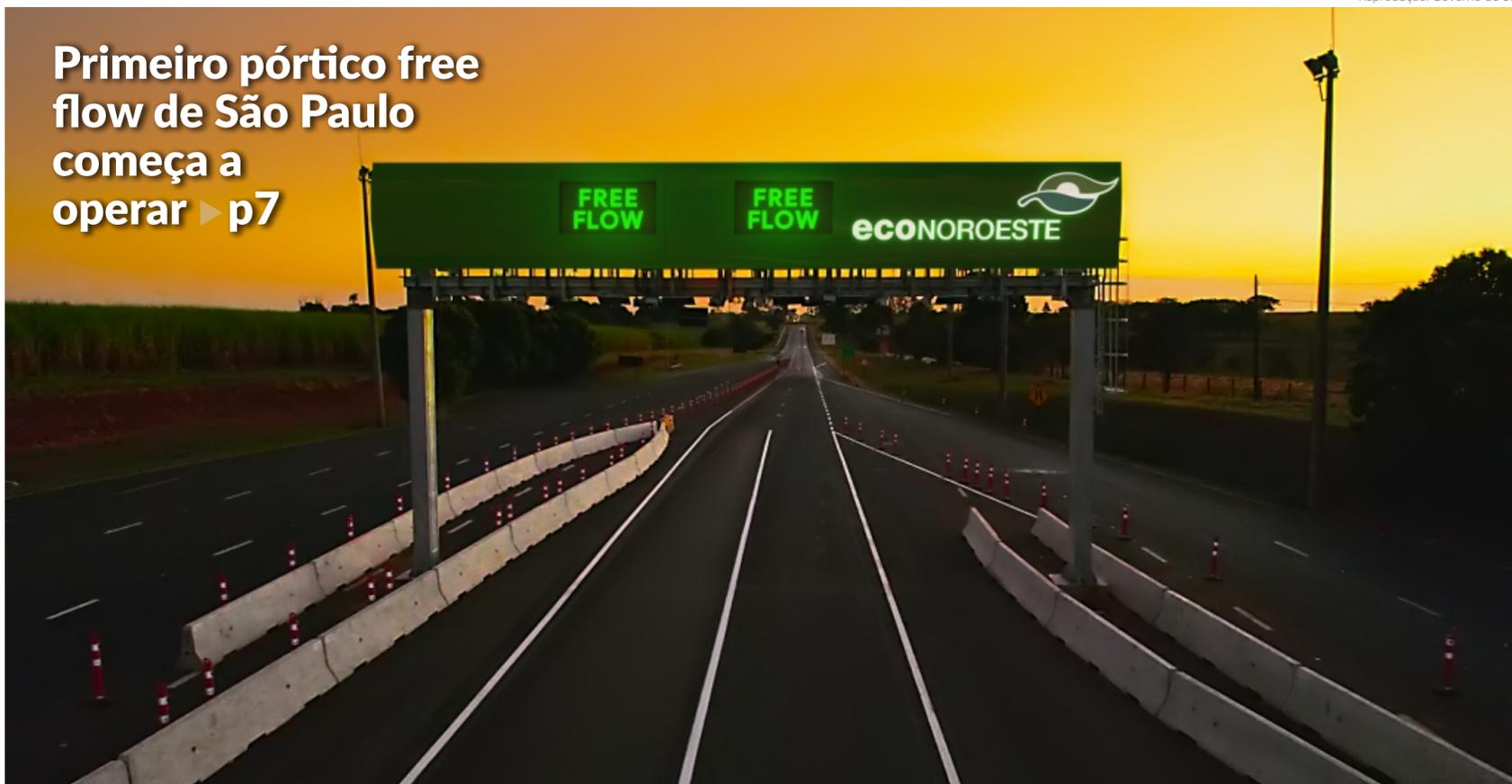


MPor assina contrato de dragagem em trecho da hidrovia do Rio Amazonas

Com investimentos de R\$ 92,8 milhões, serviços serão realizados em trecho de 200 km entre Manaus e Itacoatiara ▶ **p5**

Reprodução/Governo de SP

Primeiro pórtico free flow de São Paulo começa a operar ▶ **p7**



AVIAÇÃO Anac e ANP firmam acordo para regulamentação de combustível ▶ **p5**

NORDESTE Projeto do Governo autoriza criação de Companhia Docas de Alagoas ▶ **p6**

REGIÃO NORDESTE ZPE do Ceará registra crescimento 7,9% no período de janeiro a julho ▶ **p7**

EDITORIAL

Free Flow: um importante avanço na mobilidade estadual

A implantação do sistema free flow nas rodovias paulistas é um marco importante na evolução da infraestrutura viária do Estado.

A substituição das tradicionais praças de pedágio por pórticos de cobrança automática traz consigo uma série de benefícios tanto para os usuários, quanto para o meio ambiente.

A principal vantagem do free flow é a eliminação das filas e paradas nas praças de pedágio, proporcionando maior fluidez no tráfego e reduzindo o tempo de viagem. Essa agilidade é fundamental em um contexto de crescente demanda por mobilidade urbana eficiente. Além disso, a redução da emissão de poluentes - causada pela diminuição das paradas e da marcha lenta dos veículos - contribui para a melhoria da qualidade do ar e para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

A tecnologia empregada no sistema free flow é sofisticada e permite a identificação automática dos veículos, seja por meio de tags ou por outros mecanismos de reconhecimento. Essa automação garante maior precisão na cobrança das tarifas e reduz o risco de fraudes. A possibilidade de oferecer descontos para os usuários que optam pelo pagamento eletrônico é um incentivo adicional para a adoção dessa tecnologia.

A experiência de São Paulo com a implantação do free flow demonstra o potencial dessa solução para transformar a forma como os motoristas utilizam as rodovias. A maior eficiência na cobrança dos pedágios, a redução do tempo de viagem e a diminuição da poluição são apenas alguns dos benefícios dessa tecnologia. Por isso, é importante que esse sistema não se limite à área paulista, avançando para outros estados brasileiros. A expansão dessa tecnologia contribuirá para a modernização da infraestrutura viária do País, para a melhoria da qualidade de vida da população e para a redução dos impactos ambientais causados pelo transporte rodoviário.

O free flow representa uma solução inovadora e eficiente para a cobrança de pedágios, proporcionando uma série de benefícios para os usuários e para o meio ambiente. Nesse cenário, a expansão dessa tecnologia é fundamental para a modernização da infraestrutura viária brasileira e, principalmente, para a construção de um futuro mais sustentável.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- MPor assina contrato de dragagem em trecho da hidrovia do Rio Amazonas

HUB

- Taxa da Antaq, THC2, tem parecer do TCU e segue proibida

NACIONAL

- Governo estrutura programa de sustentabilidade para portos brasileiros
- Votação do marco regulatório dos portos está prevista para outubro
- Anac e ANP firmam acordo para regulamentação do SAF
- Capacidade de geração solar aumenta com usinas no Ceará e em São Paulo

Projeto do Governo autoriza criação de Companhia Docas de Alagoas

REGIÃO SUDESTE

- Primeiro pórtico free flow de São Paulo começa a operar
- Governador destaca sustentabilidade em anúncio de R\$ 5,5 bi da GM em SP

Viracopos recebe equipamentos para jogo de futebol americano



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyrara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e
Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

 (11) 91615.1200

**THC2: proibição mantida 1**

Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) negaram - por unanimidade - o recurso apresentado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a favor da cobrança da taxa portuária do Serviço de Segregação e Entrega (SEE), também conhecida como THC2. Com essa decisão, a Corte de Contas continua considerando ilegal essa taxa e determinou à Antaq a suspensão da resolução que validava a cobrança.

THC2: proibição mantida 2

Uma parte dos ministros considerava que o recurso deveria ser julgado juntamente com outro processo, que trata da validade do THC2. O primeiro teve como relator o ministro Augusto Nardes, enquanto o segundo, o ministro Jorge Oliveira, que disse que pretende apresentar sua posição na próxima semana. Curiosamente, nesse segundo caso, a auditoria do TCU considerou a taxa legal.

THC2: proibição mantida 3

Em seu voto, Nardes destacou que sua decisão - contra o recurso e pela ilegalidade do THC2 - pode ser revista pelo colegiado, o que fez Jorge Oliveira concordar com a votação e não pedir vistas.

Pets em voo

A Comissão de Meio Ambiente do Senado realiza uma audiência pública interativa nesta quinta-feira, às 14 horas, na sede do órgão legislativo, para debater o Projeto de Lei (PL) 1903/2024, que "dispõe sobre o transporte aéreo de animais de estimação em voos domésticos"; o 1510/2024, que "estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional"; e o PL 1474/2024, que "estabelece condições e critérios mínimos para o manejo de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros nos modais aéreo, terrestre e aquaviário, e dá outras providências".

Hidrogênio verde

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira, dia 4, o Projeto de Lei 3.027/2024, que estabelece regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC). O tema foi vetado na sanção do projeto do marco regulatório do hidrogênio de baixa emissão de carbono (PL 2.308/23). Mas agora, segue para sanção presidencial.

Governo estrutura programa de sustentabilidade para portos brasileiros

Agenda 2030 e Plano Nacional de Mudanças do Clima serão norteadores da proposta



Vosmar Rosa/MPor

Autoridades e especialistas debateram vários temas alinhados com a Agenda 2030 durante o workshop "Boas práticas em sustentabilidade nos portos", realizado em Brasília

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redebeneews.com.br

O Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Portos (SNP), está começando a construir um programa de sustentabilidade para os portos brasileiros. Para isso, fechou uma parceria com a Associação Mundial de Cidades e Portos (AIVP), na França, que está à frente da chamada Agenda 2030 - primeira iniciativa do mundo a adaptar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para o segmento portuário.

As informações foram repassadas pelo diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da SNP, Fábio Lavor Teixeira, durante sua apresentação no 1º workshop "Boas práticas em sustentabilidade nos portos", realizado na quarta-feira (4), na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília (DF).

A Agenda 2030 foi produzida em conjunto com os membros da AIVP na Conferência de Quebec em 2018 e estabelece 10 metas a serem alcançadas

pelo setor até 2030. Dentre esses compromissos, se destacam a necessidade da transição energética nos portos, a adaptação das estruturas às alterações climáticas e o refinamento da relação porto-cidade. Na prática, o documento visa auxiliar todos que fazem parte do ambiente portuário a preparar projetos e planos nestes sentidos.

No Brasil, segundo o diretor da SNP, os norteadores dessas ações, além da Agenda 2030, virão também do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), que guiará a política climática brasileira até 2035 e está sendo produzido pelo governo e representantes dos estados e municípios. Em relação aos portos, o Plano Clima já conta com um Grupo de Trabalho de Cidades e Portos, outro para Descarbonização e mais um para Hidrogênio Verde.

"Isso é uma co-construção (entre Governo e operadores). O Ministério não vai chegar e falar 'você tem de fazer isso'. Não, porque sabemos que temos limitações e precisamos de um cronograma realista, mas temos que começar a avançar sobre essas questões nos por-

tos e também nas hidrovias", ressaltou Teixeira durante a sua apresentação.

Ele também destacou que o Governo trabalha em um novo ciclo de debates para os novos planos mestres dos portos brasileiros - que considera essencial a discussão da sustentabilidade do setor, aprofundando principalmente questões que envolvem a relação porto-cidade. Devem ser reformulados os planos mestres de 25 portos públicos nos próximos três anos, todos contemplando a estratégia ESG.

Parceria

O workshop de quarta-feira foi a primeira ação dentro da parceria do Governo Federal com a Associação Mundial de Cidades e Portos.

As próximas envolvem um webinar, em outubro, ainda sem data marcada, mas que será divulgada em breve, segundo Flávia Nico, Coordenadora-Geral de Delegações e Convênios do MPor, e em novembro, a Missão Internacional para a Conferência Mundial da AIVP, em Lisboa.

Para o ano que vem, a Agenda 2030 seguirá em de-

A AGENDA 2030 FOI PRODUZIDA EM CONJUNTO COM OS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE CIDADES E PORTOS NA CONFERÊNCIA DE QUEBEC EM 2018 E ESTABELECE 10 METAS A SEREM ALCANÇADAS PELO SETOR ATÉ 2030

envolvimento para que possa, enfim, ser apresentada na COP30 (Conferência do Clima), que será realizada em Belém (PA).

O programa em sua versão nacional conta ainda com o apoio da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) e Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP). Todas foram representadas por seus respectivos líderes na abertura do workshop: Murillo Barbosa, Gilmará Temóteo e Jesualdo Silva, além do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila.

NACIONAL

Votação do marco regulatório dos portos está prevista para outubro

Cronograma sobre os próximos passos foi anunciado por comissão de juristas durante audiência pública na Câmara

MARÍLIA SENA
marilia.sena@redebnews.com.br
YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebnews.com.br
Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

A votação do texto final sobre o marco regulatório do setor portuário está prevista para ocorrer na primeira quinzena de outubro. O cronograma foi anunciado na quarta-feira (4), durante audiência pública na Câmara dos Deputados. Antes disso, as subcomissões da Comissão Especial sobre a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias têm até o próximo dia 13 para entregar os trabalhos que visam aprimorar a legislação do setor. A partir do dia 23, o relator abrirá um prazo de cinco dias para que os membros da comissão apresentem destaques e possíveis requerimentos para discussões separadas, preparando o caminho para a votação final.

A revisão tem como principal objetivo agilizar as transações portuárias, adotando critérios mais flexíveis para o julgamento de licitações em arrendamentos, a criação de portos privados e uma abordagem mais alinhada à concessão de serviços públicos.

A Lei nº 12.815, que regula a atividade dos portos, já passou por uma minirreforma em 2020. A alteração na legislação permitiu a contratação de trabalhadores portuários avulsos por meio



A audiência pública realizada na Câmara teve as presenças do presidente da Comissão, o ministro do TST Douglas Alencar, e do relator, o desembargador do TRT Celso Peel

de aplicativos, além de considerar o setor como serviço essencial.

Para a elaboração do relatório final, foi constituído um grupo de trabalho dividido em três subcomissões: "Temas Gerais da Atividade Portuária", que aborda questões amplas do setor; "Simplificação Regulatória, Patrimonial e Ambiental", focada em aspectos legais e de infraestrutura; e "Relações de Trabalho e Qualificação da Mão de Obra no Sistema Portuário", que se dedica às condições laborais e ao aprimoramento da capacitação profissional.

"É importante ressaltar que, na Lei Portuária Brasileira, há vários aspectos envolvidos, como problemas de diferentes ordens nas concessão, arrendamento e

autorizações. Além disso, há questões que envolvem licenciamentos, que, em alguns momentos, acabam retardando as assinaturas de contratos e, conseqüentemente, o início das operações", disse o presidente da Comissão, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar.

"Foram mais de 90 contribuições recebidas de órgãos de classe, como a Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM). Essas instituições apresentam um trabalho valoroso, cada uma com o seu viés", explicou o relator da Comissão, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Celso Peel.

Outro membro da comissão de

juristas, o ministro do TST, Alexandre Luiz Ramos, também destacou o trabalho realizado pela ABDPM.

"É claro que a academia não poderia fazer um parecer ou uma contribuição que refletisse de forma unânime e uniforme a posição de todos os acadêmicos, porque uma academia exatamente se caracteriza pela diversidade de pontos de vista. Então foi constituída pelo presidente, o ministro (do TST Guilherme) Caputo Bastos, uma comissão representativa daquilo que seria uma visão mais plural com o que a academia poderia contribuir. E recebemos essa contribuição com muito bom gosto, com uma atenção muito especial".

“
FORAM MAIS DE
90 CONTRIBUIÇÕES
RECEBIDAS DE ÓRGÃOS
DE CLASSE, COMO
A ACADEMIA
BRASILEIRA
DE DIREITO
PORTUÁRIO
E MARÍTIMO.
ESSAS INSTITUIÇÕES
APRESENTAM
UM TRABALHO
VALOROSO, CADA
UMA COM O SEU VIÉS”

CELSO PEEL
relator da Comissão Especial
sobre a Revisão Legal
da Exploração de Portos
e Instalações Portuárias

Caputo Bastos: “Estamos acompanhando com muita atenção essas discussões”

Presidente da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM), o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Caputo Bastos, destacou a relevância da contribuição dada pela entidade sobre a revisão da legislação portuária. Ele afirmou que a academia, sendo neutra e apolítica, desempenhou um papel fundamental ao fornecer subsídios para o aprimoramento do marco regulatório do setor. “Estamos acompanhando com muita atenção e interesse essas

discussões. Espero ter colaborado para que avancemos nesse debate”.

Bastos enfatizou que a legislação portuária precisa refletir as melhores práticas globais e, ao mesmo tempo, preservar a competitividade. Ele apontou que, com o avanço tecnológico e a globalização, não há mais barreiras para acessar o funcionamento de portos pelo mundo, como os de Hong Kong ou Houston (Estados Unidos). Por isso, é essencial que o Brasil se alinhe a esses exemplos. “Temos que

“
A ACADEMIA VEM
ENRIQUECER O
DEBATE, TRAZENDO
UMA VISÃO
APROFUNDADA
QUE É CRUCIAL PARA
QUE O SETOR SE
TORNE MAIS EFICIENTE
E PRODUTIVO”

BRENO MEDEIROS
ministro do TST

pensar nesses dois vértices da nossa Constituição: a preservação da iniciativa privada e a dignidade do trabalhador”.

O também ministro do TST Breno Medeiros complementou essa visão ao ressaltar a importância das contribuições diversificadas no processo de revisão. Ele enfatizou que a democratização do debate permite uma maior inovação e aprimoramento das políticas públicas.

“A democracia está em colocar cada um dos entendimentos diferentes sobre uma

determinada questão. Quando você para e ouve sobre isso, você tem uma facilidade de discernir a partir dessas diversas ideias”, afirmou Medeiros.

Ele elogiou o trabalho da ABDPM, destacando que suas análises científicas e detalhadas são essenciais para a evolução do setor portuário. “A academia vem enriquecer o debate, trazendo uma visão aprofundada que é crucial para que o setor se torne mais eficiente e produtivo, alinhado com a revolução 4.0”.

MPor assina contrato de dragagem em trecho da hidrovia do Rio Amazonas

Vínculo foi assinado junto a DTA Engenharia, vencedora da licitação; investimentos são de R\$ 92,8 milhões

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

O Governo Federal anunciou na quarta-feira, dia 4, a vencedora da licitação para iniciar os trabalhos de dragagem da hidrovia do Rio Amazonas. O trecho de 200 quilômetros fica entre a capital amazonense, Manaus, e o município de Itacoatiara, no mesmo estado. A expectativa é que os serviços já iniciem nos próximos dias.

A assinatura do contrato entre a empresa DTA Engenharia e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) ocorreu em Brasília com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, da secretária-executiva da pasta, Mariana Pescatori, do secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, e do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o investimento total é de R\$ 92,8



Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o objetivo principal do acordo é recuperar permanentemente a capacidade de navegação dos rios da região amazônica

milhões para o serviço. O montante faz parte do planejamento da pasta em investir cerca de R\$500 milhões nos próximos cinco anos a fim de permitir a navegabilidade segura durante todo o ano, desde a fronteira com Peru e Colômbia até Itacoatiara, um percurso fluvial de mais de 1.500 quilômetros de

distância.

Costa Filho destacou que o objetivo principal do acordo é recuperar permanentemente a capacidade de navegação dos rios da região amazônica.

“Estamos empenhados em garantir a navegabilidade dos rios durante todo o ano, pois eles são essenciais para o trans-

porte de pessoas, bens de primeira necessidade e o escoamento de mercadorias”, disse.

Dino Antunes afirmou que os trabalhos de dragagem serão iniciados nos próximos dias, e deverão minimizar os impactos da região.

“Hoje nós demos continuidade ao processo iniciado há

alguns meses. Por meio dessa assinatura, estamos garantindo a contratação do serviço de dragagem para os próximos cinco anos. Isso vai garantir que não haja sobressaltos nos próximos anos. Nos próximos dias vamos emitir a ordem de serviço, o que vai viabilizar o início dos trabalhos”, pontuou o secretário.

Trabalhos para mitigação

Em junho deste ano, o Ministério de Portos e Aeroportos assinou editais de contratação para serviço de dragagem em quatro trechos dos rios Amazonas e Solimões.

Além do trecho Manaus-Itacoatiara, serão contemplados, Coari-Codajás, Benjamin Constant-Tabatinga, e Benjamin Constant-São Paulo de Olivença.

Apesar da extensão abrangida pelos contratos, a dragagem é feita apenas em pontos específicos, chamados de passos críticos. Esses trechos foram identificados e definidos após uma inspeção técnica do Dnit, realizada no mês de abril.

Anac e ANP firmam acordo para regulamentação do SAF

Parceria visa desenvolver o arcabouço regulatório para inserção dos combustíveis sustentáveis de aviação no Brasil

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebnews.com.br

Foi publicado na quarta-feira (4), no Diário Oficial da União, o acordo de cooperação técnica entre a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Com duração de 60 meses, o acordo visa ao desenvolvimento de arcabouço regulatório para inserção dos combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) no Brasil.

Segundo a publicação, os objetivos são: reunir esforços para o desenvolvimento de metodologias para cálculo das intensidades de carbono dos SAF

e harmonização com os critérios da OACI; aprimorar controles atinentes à relação entre manutenção de aeronaves e abastecimento e qualidade dos combustíveis de aviação; viabilizar a atuação conjunta em discussões dos desafios técnicos, regulatórios, tributários, comerciais, produtivos e logísticos concernentes ao estabelecimento de um sólido mercado de SAF no Brasil; e viabilizar a criação e manutenção de base de dados de produção, importação, distribuição e preços de combustíveis de aviação, incluindo SAF, em território nacional.

Para isso, a ideia é ter um fórum informal, denominado Conexão SAF, com os principais representantes de setores da sociedade civil interessados no desenvolvimento de um mercado de SAF no país, participando am-



bas as agências de sua gestão.

Uma vez que há relação entre ações da ANP e da Anac em algumas atividades da regulação do setor aéreo, o acordo também prevê a disponibilização de informações que viabilizem a atuação conjunta de ambos os órgãos para criação de base de dados relativa à manutenção de aeronaves, movi-

mentação e preços de combustíveis de aviação, em território nacional.

A celebração do acordo de cooperação técnica entre as duas agências está em linha com o Projeto de Lei nº 528/2020, denominado PL do Combustível do Futuro, que institui, entre outras iniciativas, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV)

A celebração do acordo está em linha com o PL do Combustível do Futuro, que institui, entre outras iniciativas, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV)

tável de Aviação (ProBioQAV).

O Programa prevê a redução de emissões de gases de efeito estufa para o setor aéreo, a ser cumprido mediante utilização de SAF.

O texto do PL, já aprovado na Câmara dos Deputados e em apreciação pelo Senado Federal, trará novas obrigações à ANP, dentre as quais o estabelecimento dos valores das emissões totais equivalentes das rotas tecnológicas de produção de SAF, observado o alinhamento metodológico à Organização de Aviação Civil Internacional - ICAO em relação aos requisitos de certificação para o SAF.

NACIONAL

Capacidade de geração solar aumenta com usinas no Ceará e em São Paulo

Empresas, financiadas pelo BNDES, vão produzir energia suficiente para abastecer mais de 500 mil municípios

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebeneews.com.br

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o financiamento de dois projetos de geração elétrica a partir da fonte solar nos estados de São Paulo e Ceará, no valor total de aproximadamente R\$ 1,14 bilhão. Juntos, os complexos dos grupos EDP e Powerchina adicionam aproximadamente 402 MW de potência instalada ao sistema elétrico nacional, com garantia física de geração de 116,5 MW médios, energia suficiente para abastecer cerca de 524 mil domicílios.

Com esses projetos, o BNDES atinge a marca de R\$ 11,8 bilhões em financiamentos a usinas fotovoltaicas desde a primeira operação, em 2017. Foram 23 projetos, com quase 4,5 GW de potência instalada e garantia física para atender a mais de 5 milhões de residências.

“Os investimentos reafirmam o papel do BNDES como



Divulgação

Com esses projetos nos estados de São Paulo e Ceará, o BNDES atinge a marca de R\$ 11,8 bilhões em financiamentos a usinas fotovoltaicas desde a primeira operação, em 2017

maior financiador de energia renovável do mundo, segundo ranking da Bloomberg. Hoje, o Brasil é líder em energia limpa no G20, com 89% da nossa matriz energética também limpa”, afirma o presidente da instituição, Aloizio Mercadante.

Novo Oriente

Em Ilha Solteira, no Noroeste paulista, os R\$ 805 milhões de crédito são destinados a seis sociedades de propósito específico

(SPEs) do grupo EDP para implantação do complexo fotovoltaico Novo Oriente, com potência instalada de 254,6 MW, e de um sistema de transmissão de uso restrito, compartilhado pelas centrais geradoras que formam o complexo. Com garantia física de geração de 73,5 megawatts médios, o empreendimento produzirá energia suficiente para abastecer cerca de 331 mil domicílios. Composto de quatro usinas de 40,6 MW e duas de 46 MW, o complexo se conectará ao Sis-

tema Interligado Nacional (SIN) por meio de uma subestação coletora e uma linha de transmissão de 4,35 km.

A usina fotovoltaica Novo Oriente Solar foi anunciada pela EDP em 2022, como parte da estratégia da empresa em liderar a transição energética, ampliando sua participação no segmento de geração solar.

Mauriti

A outra operação destina financiamento de R\$ 339 milhões a

três empresas – Sunco Energy Brasil Mauriti 3, 4 e 10 – controladas pelo grupo Powerchina, para implantação de três centrais geradoras fotovoltaicas em Mauriti, no Sul do Ceará. Com capacidade instalada de 147,33 MW e garantia física de geração de 42,97 MW médios, estima-se que o projeto solar tenha potência suficiente para abastecer mais de 193 mil domicílios.

O crédito do BNDES corresponde a cerca de 47% do total a ser investido no empreendimento, que também contempla a implantação de um sistema de transmissão formado por uma subestação coletora e uma linha de transmissão de aproximadamente 15 km de extensão. As instalações do projeto integram o Complexo, que terá 343,77 MW de potência instalada total.

O Complexo Mauriti abrange outras seis usinas, não apoiadas pela operação, mas que também compartilharão do mesmo sistema de transmissão, possibilitando a conexão do complexo ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Projeto do Governo autoriza criação de Companhia Docas de Alagoas

Nova empresa será criada a partir da cisão da Codern, que hoje responde pelo Porto de Maceió

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Projeto de Lei 3034/24, do Poder Executivo, cria a Companhia Docas de Alagoas, empresa pública que vai administrar o Porto de Maceió. A estatal será vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos. A Câmara dos Deputados analisa a proposta. As informações são da Agência Câmara de Notícias.

A nova empresa será criada a partir da cisão da Companhia Docas Rio Grande do Norte (Codern), que hoje responde pelo Porto de Maceió, além dos portos de Natal e de Areia Branca (RN).

O Governo alega que a criação da Companhia Docas é importante para consolidar o processo de expansão do Porto de



O Porto de Maceió tem áreas de movimentação e armazenagem, terminal de passageiros e sete berços de atracação

Maceió. Além disso, a medida atende à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Porto de Maceió conta hoje com áreas de movimentação e armazenagem, além de um terminal de passageiros e sete berços de atracação (seis ope-

rantes). Entre os principais produtos transportados no porto estão açúcar, adubo e gasolina.

Pelo projeto, a cisão parcial da Codern ocorrerá por meio de deliberação da assembleia geral da companhia. Como etapa prévia, fica autorizada a consti-

tuição de uma subsidiária da empresa pública potiguar para administrar o Porto de Maceió.

A subsidiária funcionará como uma medida de transição, segundo o Governo, até a constituição legal da companhia docas alagoana, e transferência de

tudo o patrimônio, contratos e convênios para a nova empresa.

O texto autoriza ainda a União a contratar, sem licitação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar a reestruturação de estatais, incluindo as Companhias Docas.

O Governo afirma que a medida permitirá que o banco realize estudos para a recomposição do papel estratégico e da sustentabilidade econômico-financeira dos portos federais. Pelo projeto, o BNDES poderá contratar consultorias privadas para a elaboração dos estudos.

O projeto será despachado para as comissões da Câmara e, para virar lei, precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Primeiro pórtico free flow de São Paulo começa a operar

Praças de Itápolis e Jaboticabal serão as primeiras a receber a nova tecnologia de pedágio eletrônico

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Governo de São Paulo deu início à operação do sistema free flow no estado. Desde quarta-feira (4), a praça de pedágio de Itápolis, localizada na Rodovia Carlos Tonani, Nemésio Cadetti e Laurentino Mascari (SP-333), passou a funcionar com essa nova tecnologia, substituindo o modelo de pedágio tradicional.

Essa iniciativa faz parte do Programa Siga Fácil SP, que visa implementar o free flow, um sistema automático de cobrança de tarifas por meio de pórticos, nas rodovias estaduais con-

cedidas à iniciativa privada. O primeiro pórtico instalado recebeu um investimento de R\$17,5 milhões.

A implementação do sistema é resultado de um contrato firmado entre a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), o Governo do Estado e a concessionária EcoNoroeste, que administra o trecho da rodovia. Em Itápolis, o pórtico foi instalado no km 179. Já na praça de pedágio de Jaboticabal, no km 110 da mesma rodovia, o sistema deve ser implementado ainda este ano.

Segundo a Artesp, o novo sistema trará mais agilidade e fluidez ao tráfego nas rodovias paulistas. Até 2030, todas as praças de pedágio sob concessão da EcoNoroeste serão gradualmente substituídas por pórticos de cobrança automática.

Esses pórticos, que substi-



Reprodução/Governo de SP

Em Itápolis, o pórtico foi instalado no km 179 da SP-333. Já na praça de pedágio de Jaboticabal, no km 110 da mesma rodovia, o sistema deve ser implementado ainda este ano

Com a eliminação das paradas e da redução de velocidade nos pedágios, há uma diminuição nas emissões de poluentes, pois menos combustível é consumido, reduzindo a liberação de gases na atmosfera. Para os veículos que possuem adesivos (tag) instalados, o valor da tarifa é debitado automaticamente, sem a necessidade de interação do motorista.

Além de garantir mais rapidez e conforto nas viagens, os usuários que optarem pelo pagamento via tag receberão um desconto de 5% na tarifa, além de poderem usufruir do Desconto de Usuário Frequente (DUF), que é exclusivo para carros.

tuirão as praças de pedágio convencionais, contam com tecnologia avançada para leitura e identificação dos veículos. O sistema inclui câmeras, antenas e sensores, permitindo que os motoristas continuem sua viagem sem precisar parar ou reduzir a velocidade.

O free flow é uma solução inovadora que visa melhorar a experiência dos usuários nas rodovias, proporcionando maior fluidez, segurança e comodidade. Além de otimizar o tempo de viagem ao eliminar as paradas, o sistema também tem um impacto positivo no meio ambiente.

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews



www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV

REGIÃO SUDESTE

Governador destaca sustentabilidade em anúncio de R\$ 5,5 bi da GM em SP

Aporte da empresa do setor automotivo será empregado em programas de atualização de portfólio e produção de veículos híbridos flex

Divulgação/Governo de São Paulo

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), destacou na quarta-feira (4) a infraestrutura do estado como um ponto forte para o desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade na indústria automobilística, durante o anúncio do novo ciclo de produção da General Motors (GM). Entre 2024 e 2028, a empresa investirá R\$ 5,5 bilhões no estado em programas de atualização de portfólio e desenvolvimento de novas tecnologias, com foco na linha de veículos híbridos flex, que combina um motor de combustão, movido a etanol ou gasolina, com um motor elétrico.

“Neste momento, estamos apontando um caminho de que está na hora de rever nossas plataformas, entender o que o consumidor está querendo e re-



A cerimônia de anúncio do investimento da General Motors ocorreu na unidade de São Caetano do Sul e reuniu representantes da empresa e do Governo de São Paulo

novar nossa frota. Vamos aproveitar a estrutura que já temos de transporte e armazenamento de etanol”, afirmou o governador.

Tarcísio também mencionou outros incentivos relacionados à transição energética. “Mandamos para a Assembleia Legislativa um projeto de lei de isenção de IPVA para os híbridos. E a

indústria automobilística respondeu imediatamente. Estamos colecionando anúncios de investimentos”, completou.

A cerimônia ocorreu na fábrica da General Motors em São Caetano do Sul, na região metropolitana de São Paulo, com a presença do vice-governador Felício Ramuth e dos secretários Jorge Lima (Desen-

volvimento Econômico) e Guilherme Afif Domingos (Projetos Estratégicos), além de autoridades municipais e parlamentares.

Os investimentos da GM em São Paulo, anunciados por Rory Harvey, vice-presidente executivo e presidente de mercados globais da GM; Shilpan Amin, presidente da GM Internacional; Santiago Chamorro,

presidente da GM América do Sul; e Fabio Rua, vice-presidente da GM América do Sul, serão destinados às plantas de São Caetano e São José dos Campos.

“A parceria com a GM gera emprego, renda e desenvolvimento social e do estado de uma maneira mais homogênea”, disse o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima.

Entre os incentivos oferecidos pelo Governo de São Paulo ao setor, destaca-se o programa ProVeículo, que permite a utilização de créditos acumulados de ICMS para financiar projetos de modernização e ampliação de plantas industriais, construção de novas fábricas, desenvolvimento de novos produtos e expansão dos negócios no estado.

Em agosto, o governador autorizou a liberação de R\$ 1 bilhão em créditos para a Volkswagen do Brasil, que anunciou investimentos de R\$ 13 bilhões no estado, também para o ciclo 2024-2028.

Viracopos recebe equipamentos para jogo de futebol americano

Terminal recebeu 45 toneladas de carga para a primeira partida pela liga profissional dos Estados Unidos no Brasil

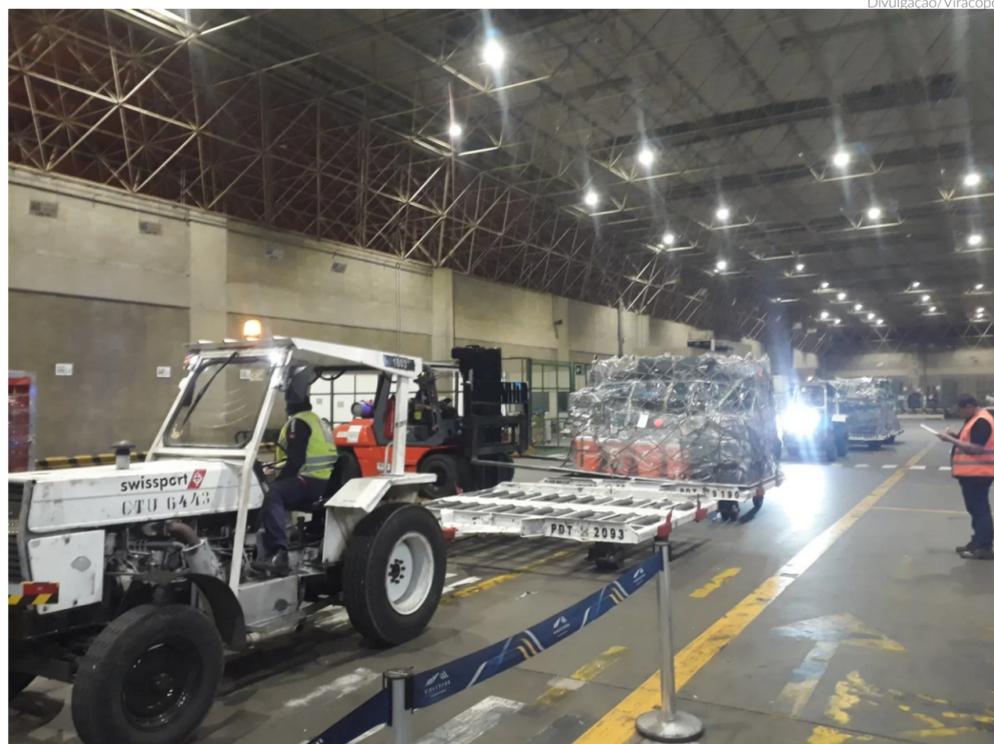
Divulgação/Viracopos

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebeneews.com.br

O Terminal de Cargas (TECA) do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), recebeu no último final de semana uma carga especial composta por diversos equipamentos da NFL, liga profissional de futebol americano dos Estados Unidos, que vai realizar pela primeira vez na história um jogo no Brasil na próxima sexta-feira (6), na capital paulista.

Foram desembarcados no Terminal de Carga de Viracopos 20 paletes fechados, totalizando aproximadamente 45 toneladas de equipamentos, que foram transportados por um Boeing 767-300F que decolou da cidade de Nova Jersey, nos Estados Unidos.

Segundo informou a concessionária que administra o



As 45 toneladas de equipamentos que desembarcaram em Viracopos serão utilizadas no jogo entre Philadelphia Eagles e Green Bay Packers, nesta sexta-feira, em São Paulo

terminal, o retorno dos equipamentos por Viracopos está previsto para o dia 7, de onde segui-

rão de volta para os Estados Unidos.

A chegada dos equipa-

mentos consolida o Terminal de Carga de Viracopos como uma das principais portas de entrada

de equipamentos de grandes eventos internacionais no Brasil. Com uma infraestrutura moderna e uma equipe altamente capacitada, o terminal se destaca por sua expertise em operações logísticas para grandes volumes de carga, como as necessárias para grandes eventos internacionais.

“A escolha de Viracopos para o transporte e armazenamento dos equipamentos da NFL destaca a confiança na infraestrutura e eficiência logística do aeroporto, essenciais para a realização de um evento desta magnitude”, disse a concessionária que administra o aeroporto.

A NFL realiza na próxima sexta-feira, pela primeira vez na história, uma partida oficial da liga em território brasileiro. O evento será realizado na Neo Química Arena, estádio do Corinthians. O jogo será entre o Philadelphia Eagles e o Green Bay Packers.